

Morhan

MOVIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DAS PESSOAS ATINGIDAS PELA HANSENÍASE • MORHAN
DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO PROJETOS E PESQUISAS • DEFORP

Cadernos do Morhan



**I Encontro Nacional
de Conselheiros de
Direitos do Morhan**



Apoio

Morhan

Secretaria de
Vigilância em Saúde

Ministério
da Saúde



**I Encontro Nacional
de Conselheiros de
Direitos do Morhan**

Cadernos do Morhan



Abril/2008

Cadernos do Morhan

COMISSÃO DE EDITORIAL

Editores

Artur Custódio Moreira de Souza – Coordenador Executivo do Morhan Nacional
Marcelo Luciano Vieira – Representante do DEFORP
Marlene Santos Barrozo – Voluntária do Morhan
Roseli Brum Martins – Representante do Colegiado do Morhan
Ruth Reis do Amaral – Representante da Assessoria Técnica do Morhan

Organizadores

Francisca G. de Assis
Marcelo Luciano Vieira

Acadêmicas de Serviço Social

Fabiana Franco da Costa
Fabiana Salvador de Souza
Gisele Peres de Carvalho
Lílian Dutra Angélica da Silva
Roseli Brum Martins

Colaboradores

Jaqueline Aquino
Lucimar Batista da Costa
Paulo Roberto Pinto

Projeto gráfico e diagramação

Ars Ventura Imagem & Comunicação

AUTORES DOS ARTIGOS PUBLICADOS NESTA EDIÇÃO

Francisca G. de Assis – Assistente Social do Morhan e Mestranda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

Lílian Dutra Angélica da Silva – Acadêmica de Serviço Social do Morhan.

Marcelo Luciano Vieira – Membro do Departamento de Formação Projetos e Pesquisas do Morhan Nacional, Assistente Social, Mestrando em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, Coordenador do Serviço Social da Casa Lilás – Centro de Atenção a Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Assistente Social do I Juizado de Violência Doméstica do Tribunal de Justiça da Comarca da Capital.

Vera Lúcia Gomes de Andrade – Dra. Em Saúde Pública e colaboradora do Morhan.

Esta publicação está disponível para download em: www.morhan.org.br
Informações sobre hanseníase e o Morhan: **08000 26 2001**

Publicado em abril de 2008.

Ufa, realizamos enfim nosso Encontro de Conselheiros, experiência ímpar, quando em momentos discursivos e recheados de um belo despertar do que fazemos no Morhan através da representação nos Conselhos de Direitos e defesa de políticas públicas, é que brindamos em Itaboraí no Rio de Janeiro, nas dependências da ex colônia Tavares de Macedo, realizamos nosso Encontro Nacional de Conselheiros do Morhan.

Neste encontro ficou claro e patente a importância do Controle Social nas políticas públicas financiadas através dos recursos da população que vem por meio de impostos, taxas, emolumentos, doações e da obrigação do Estado em desenvolver as políticas públicas e, sobretudo nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social.

Registramos a alegria e poder extrair junto ao IBASE, as experiências de gestão pública e fortalecimento do Controle Social, pois quando debatemos o papel do prefeito, reforça-nos na reflexão da amplitude do poder local, pois é lá que as coisas acontecem em nosso cotidiano.

O Morhan tem demonstrado seu caráter mobilizador e estratégico na participação social, quando ficou declarado e constatado nossa presença em Conselhos Municipais de Saúde de diversos Municípios, Estados e no Conselho Nacional de Saúde, desde sua revigoração em 1991, quando Francisco Augusto Vieira Nunes- o Bacurau assentou lá pela primeira vez, e permanecemos até 2012.

Nos demais Conselhos de Políticas públicas não deixamos por menos, estamos enraizados em Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência, Assistência Social, Cultura, Promoção da Igualdade Racial, Direitos Humanos, Educação, Cidades e Habitação e Idosos.

Fazemos a diferença quando nossa participação não se dá de maneira de uma mera composição, mas quando contribuímos com o debate, oferecemos propostas de ampliação de políticas e direitos, e nos articulamos enquanto usuários, com os demais segmentos, pois para nós está superada a dicotomia falsa de que nós usuários não podemos reforçar propostas dos Gestores ou Trabalhadores, nossa defesa é a de que todos são sujeitos pró-ativos do Controle Social.

Portanto expressamos neste caderno o fruto das tempestades de idéias, toró de palpites e resultados de uma grande roda de conversas, que baseadas num rico arcabouço teórico, de uma metodologia de educação popular, inspiradas em Paulo Freire e Augusto Boal, é que chegamos e este produto. Use e abuse e o tenha como uma referência construtivista.

Eni Carajá Filho

1º Secretario do MORHAN Nacional

Apresentação

O Departamento de Formação Projetos e Pesquisas do Morhan Nacional apresenta a revista eletrônica trimestral **Cadernos do Morhan**. Esta publicação traz o resultado do I Encontro Nacional de Conselheiros de Direitos do Morhan, que aconteceu nos dias 17,18 e 19 de Setembro de 2007 na Colônia Tavares de Macedo - Itaboraí RJ. O referido evento buscou promover reflexões e propostas técnicas, políticas e operacionais para as demandas apresentadas aos Conselheiros de Direitos do Morhan. Através da organização de grupos de debate, foi possível suscitar as particularidades e os desafios colocados a cada núcleo/Estado do Morhan em todo o Brasil, na dinâmica da construção social de cada um deles na capacidade de empoderar-se. Um profundo diálogo que trouxe à discussão, questões como Orçamento Público, por exemplo, partindo das experiências na gestão dos recursos de cada Conselheiro com instrumentos como o Plano Diretor, o Estatuto da Cidade, etc.

A revista destina-se à publicação de artigos originais no campo da saúde pública, incluindo epidemiologia, nutrição, planejamento em saúde, ecologia, saúde ambiental, ciências sociais em saúde, sociedade, dentre outras áreas afins, com o objetivo de atualizar tecnicamente os militantes do Morhan em todo o país e democratizar o conhecimento para estudantes, pesquisadores, profissionais de saúde, entre outros, que estejam em busca de alguma informação sobre os fatores que envolvem a Hanseníase. Embora a revista seja editada virtualmente a cada três meses, sempre que possível, realizamos uma publicação coletânea impressa da mesma. Os artigos e temas para serem publicados na revista, dependerão sempre da avaliação técnica realizada pelo Conselho Editorial com base no sistema de revisão desenvolvido pelo Departamento de Formação Projetos e Pesquisas – DEFORP.

Cadernos do Morhan tem importante papel no processo de construção do movimento, propõe-se a organizar através das publicações, uma base/registo de informações das conquistas e sucessos da trajetória de lutas do movimento pela eliminação da hanseníase como problema de saúde pública no Brasil e contra o preconceito que paira sobre as pessoas que foram ou estão

acometidas pela doença. Espera-se também que **Cadernos do Morhan** seja um instrumento de mobilização e gerador de reflexões do Morhan sobre sua própria perspectiva, seu caráter de enfrentamento, de resistência e propositivo, no seu reconhecimento enquanto movimento social.

**Departamento de Formação
Projetos e Pesquisas – Deforp**



Conteúdo

Editorial 5

Apresentação 7

*Estratégias de Empowerment da
pessoa acometida pela Hanseníase:
um estudo no Movimento de
Reintegração das Pessoas Atingidas
pela Hanseníase – Morhan* 11

*A metodologia “conhecimento em
progresso”: uma estratégia de
construção da participação coletiva
como instrumento de fortalecimento
da base do Morhan* 21

Estratégias de Empowerment da pessoa acometida pela Hanseníase¹: um estudo no Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase – Morhan

Francisca Giderlândia de Assis²
Lilian Dutra Angélica da Silva³
Marcelo Luciano Vieira⁴
Vera Lúcia de Andrade⁵

Introdução

Este estudo busca analisar as estratégias de enfrentamento das pessoas acometidas pela hanseníase na construção de seu espaço de representação na sociedade. Para tanto, trabalharemos a análise da categoria *Empowerment*, partindo das definições que fazem os teóricos Eduardo Mourão Vasconcelos e Vicente de Paula Faleiros, sobre a mesma.

O interesse em discutir tal tema, partiu da experiência do Serviço Social no Morhan e do exercício realizado com pessoas atingidas pela Hanseníase no I Encontro Nacional de Formação de Conselheiros de Direitos do Morhan, no qual foram levantados aspectos da construção coletiva na possibilidade de empoderamento dos usuários. O Serviço Social no Morhan já atua na perspectiva de empoderamento das pessoas acometidas pela hanseníase, no momento em que elas são capazes de se fortalecer e criar autonomia para o enfrentamento das questões sociais que os envolvem e se colocam como desafios cotidianos. E a iniciativa de inclusão na agenda de trabalho do Morhan, da atividade de reflexão coletiva das pessoas acometidas pela hanseníase na (trans) formação de seu espaço social a partir do empoderamento dos

¹ Artigo originado da participação no I Encontro Nacional de Conselheiros de Direitos do Morhan ocorrido no período de 17 a 19 de setembro de 2007.

² Assistente Social do Morhan e Mestranda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

³ Acadêmica de Serviço Social na PUC Rio e estagiária de Serviço Social no Movimento de Reintegração de Pessoas Atingidas pela Hanseníase – Morhan.

⁴ Membro do Departamento de Formação Projetos e Pesquisas e Diretor Colegiado do Morhan Nacional, Assistente Social, Mestrando em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio e Chefe do Serviço Social da Casa Lilás – Centro de Atenção a Mulheres Vítimas de Violência Doméstica, e Assistente Social da Equipe Técnica do I Juizado de Violência Doméstica da Comarca da Capital do Rio de Janeiro.

⁵ Vera Lúcia Gomes de Andrade é Dra. Em Saúde Pública e colaboradora do Morhan.

*Conselhos: assistência social, criança e adolescente, cultura, desigualdade racial, direitos humanos, defesa da pessoa com deficiência, educação, mulher, meio ambiente, saúde, tutelar.

mesmos, se mostrou como uma condição essencial para a melhor compreensão do tema. Quando da realização do I Encontro de Conselheiros, a Dra. Vera Andrade que em fevereiro próximo iria apresentar uma reflexão no Congresso Mundial de Hansenologia na Índia, nos provocou a inserir o tema do *empowerment* como um dos instrumentos das discussões de nosso Encontro, assim o fizemos e a seguir apresentamos nosso achado, associado às reflexões posteriores realizadas com a Dra. Vera em torno do conceito de empoderamento construídas pelos grupos distribuídos no I Encontro de Conselheiros, norteados por algumas premissas, detalhadas a seguir.

Nossa primeira premissa é que o termo e o conceito de Empowerment, embora destacado como estratégia que constitui importantes dimensões, como o desenvolvimento do sentido do eu mais propositivo; a construção de capacidade de compreensão mais crítica do meio e da rede de realidades sociais e políticas; o fomento de recursos e estratégias, ainda é pouco explorado. Sua variedade de abordagem é bem ampla, no entanto, de nada adiantaria trabalhar com esses indivíduos um conceito fechado sobre empowerment. A segunda premissa é que, a partir da experiência com esses usuários, identificamos que as pessoas atingidas pela hanseníase, atualmente não se acomodam e não admitem uma situação ou fato como dado, sem questioná-la ou tentar modificá-la, ajustando-a para suas realidades ou necessidades.

Estamos convencidos que somos profissionais privilegiados pelo contato direto e a experiência com essas pessoas que foram atingidas pela hanseníase, por podermos “sentir de perto” o protagonismo social e político dos mesmos. Esses indivíduos, que estão hoje muito mais bem informados e envolvidos com as questões que o afligem e na busca de alternativas para elas. Muitos deles, atualmente, fazendo parte dos Conselhos de Saúde em todo o Brasil e/ou participando de movimentos e lutas sociais em favor das pessoas com hanseníase, bem como à outras questões sociais e políticas, com um papel de destaque.

Esperamos que este trabalho possa contribuir na análise sobre as estratégias de enfrentamento das questões que atingem, não só as pessoas com hanseníase, mas também as demais camadas discriminadas na sociedade que necessitam de uma modalidade de intervenção capaz de provocar sua autonomia e a capacidade de fortalecerem-se. Buscamos também a possibilidade de colaborar com nossa reflexão para a discussão teórica apoiada na categoria *Empowerment* que ainda precisa ser muito discutida e aprofundada pelos profissionais que pretendem uma prática democrática com o usuário.

Justificativa

As experiências do Serviço Social no Morhan e a atividade realizada no I Encontro Nacional de Conselheiros de Direitos do Morhan mostraram como o usuário com oportunidade de se envolver profundamente no seu processo de formação social, na construção de políticas públicas com o recorte para a hanseníase, na elaboração dos projetos sociais que subsidiem as pessoas com hanseníase e na participação no combate e na eliminação da doença, promove, desde já, significativas alterações na sua vida pessoal, da comunidade mais próxima e da sociedade como um todo. Este poder surge do apreender e da trajetória da pessoa acometida pela hanseníase durante o processo de tratamento, reabilitação e recuperação da doença.

Dentro do Serviço Social do Morhan, duas situações foram (ou são) capazes de ratificar ainda mais essa afirmação. A primeira diz respeito aos GAPH'S – Grupos de Apoio às Pessoas com Hanseníase, realizados no período de Janeiro à Dezembro de 2007 no Morhan Nacional, sempre na primeira segunda-feira de cada mês. Nestes encontros, organizados pela Assistente Social Francisca Assis, estagiários do Serviço Social e com a participação da Assistente Social voluntária Olga Suely, foi constatado, através dos relatos e evidências dos próprios usuários, como a capacidade de envolver-se cada mais vez com as questões da relação saúde-problema da hanseníase, representavam notáveis mudanças na dinâmica social das pessoas e do seu meio.

O segundo fator que afirma essa possibilidade é o Projeto de Pesquisa realizado sob o tema: O Poder que nasce da dor e do saber - o conhecimento como ferramenta de transformação social do usuário no Morhan, apresentado no mês de Junho de 2007 ao Departamento de Serviço Social da PUC-Rio pela acadêmica de Serviço Social e estagiária do Morhan, Lilian Dutra. O relatório final deste projeto teve como resultado, a legitimidade da hipótese de que o usuário com conhecimento sobre a doença e os fatores que a envolvem, desde o início e durante todo o processo com a hanseníase, é capaz de reivindicar melhores condições de vida na sociedade.

Os profissionais de Serviço Social do Morhan compreendem que não poderia faltar à pessoa acometida pela hanseníase esta possibilidade de fortalecimento na sua trajetória de reintegração social. E todo o trabalho realizado pela equipe de Serviço Social, no período mencionado acima, não mostra nada distinto disto. Contudo, nossa intenção neste momento, não é nos aprofundar no trabalho do Serviço Social do Morhan, o que possibilitaria uma

outra produção. Partiremos da experiência dos grupos de discussão realizados no I Encontro de Conselheiros de Direitos do Morhan para aprofundar nosso debate.

A atividade realizada no I Encontro Nacional de Conselheiros de Direito do Morhan, partiu da iniciativa e interesse da Dra. Vera Andrade em analisar o *Empowerment* das pessoas atingidas pela hanseníase, que surgiu durante sua participação no 17º *International Leprosy Congress*. Para tanto, contou com a parceria do Membro do Departamento de Formação Projetos e Pesquisas do Morhan e Assistente Social, Marcelo Vieira que se debruçou sobre a iniciativa e promoveu a realização de grupos no referido encontro, possibilitando o debate com os usuários de hanseníase.

O I Encontro Nacional de Conselheiros de Direitos do Morhan foi realizado no Hospital Tavares de Macedo no Rio de Janeiro, onde estavam representados 73 núcleos do Morhan. Seis grupos com 1 mediador e 23 participantes foram criados com esses líderes que trabalham nos diferentes conselhos de direitos, com atuação em canais e espaços públicos de gestão de políticas públicas, como já mencionado acima, conselhos municipais, estaduais e nacional nos diversos seguimentos da política social brasileira.

Adotou-se a metodologia de grupos focais, fundamentada em dois pilares: o primeiro foi a idéia de dar voz, através de suas falas de perspectivas em âmbito nacional, às lideranças locais. E o segundo, foi a construção de um conceito em torno da coletividade, orientado pela possibilidade da participação. De tal modo que, na realização dos grupos, optou-se por não apresentar em momento algum um conceito prévio ou teórico-filosoficamente de algum autor, de maneira que esse conceito pudesse surgir como fruto do debate e das construções coletivas realizadas durante os três dias de Encontro. No entanto, nós conhecedores dos conceitos abordados por FALEIROS (2006) e por VASCONCELOS (2003), fundamentamos nossa reflexão em torno dessas discussões nessas teorias.

Como foi trabalhado o debate sobre o *Empowerment*?

Ao início dos trabalhos cada mediador apresentou o questionamento: “O que é Empoderamento para vocês?”. Cada participante no primeiro momento respondeu individualmente por escrito. Após os grupos discutirem os outros temas da pauta, e ao final do dia, cada um dos indivíduos novamente escreveu o que significava para eles Empoderamento.

No segundo dia, foi realizado o mesmo exercício com essa

pergunta. O debate foi aberto para discussão de cada um dos conceitos apresentados no dia anterior, a partir da troca de saberes. Cada participante optou por aproximar-se de outros, de acordo com os temas da representação, outros por afinidades de região de origem ou ainda por afinidades pessoais mesmo. Ao término dos trabalhos desse dia onde os grupos voltaram a discutir os outros temas da pauta, e ao final do dia, cada um dos líderes respondeu por escrito o que significava para eles, Empoderamento a partir do conceito construído pela troca informal com seus companheiros nos grupos formados por afinidades.

Por fim, no terceiro dia, um debate sobre o conceito de Empoderamento foi realizado, onde todos os seis grupos discutiram abertamente a construção de um conceito coletivo em torno da referida palavra. No entanto, nossa equipe na noite anterior havia combinado com um membro de cada grupo que ele fosse o que chamamos de “elemento controverso”, ou seja, essa pessoa seria um adepto contrário à todas as formas de manifestação de empoderamento que aparecesse nos grupos, tornando-se assim, o provocador.

Dessa maneira, o debate acalorou-se e foi de onde pudemos abstrair as melhores construções em torno do conceito construído coletivamente de empoderamento, os quais gostaríamos de aqui retratar alguns:

O que é empoderamento para você?

“É a maneira que cada conselheiro percebe este momento, onde o diálogo é o maior determinante de cada discussão, de modo que cada fala, é dotada de liberdade para que assim, juntos se possa construir a democracia” (sic). Analisando esta fala, é possível perceber um exemplo da visão coletiva de empoderamento, ou mesmo ainda, a idéia do Morhan como um sujeito coletivo que contribui para a construção do empoderamento das pessoas que nele atuam, como estratégia de fortalecimento da cidadania.

“É a tomada de consciência da importância do exercício de cidadania, com condição de discutir, planejar, e aprimorar, buscando assim, as soluções para tornar o mundo diferente, portanto, instituições como o Morhan precisam adotar políticas de construção do empoderamento de seus representantes” (sic). Já esta fala, marca uma dimensão do empoderamento: a tomada de consciência, uma etapa que consideramos imensamente relevante neste processo.

Dois outros relevantes aspectos do empoderamento apareceram em grande parte das respostas: o primeiro é a idéia de tomar posse de si, uma espécie de auto-conhecimento, não apenas como indivíduo, mas de sua condição de sujeito de sua própria história, de maneira que empoderar-se disso, implica em: *“Assenhorar-se, tomar para si, consciente e deliberadamente, idéias, conceitos, posições, de forma a conscientizar-se para assegurar-se da idéia de que algo pode acontecer se assim o fizer”* (sic).

E o segundo, é a possibilidade de construção de uma outra coletividade, mais justa, mais equânime e mais solidária, onde não apenas a individualidade seja o valor mais importante, mas em essência a coletividade é o principal espaço de manifestação das diferentes individualidades, que são tratadas por esse coletivo, não como individualidades, mas como especificidades de uma mesma totalidade. Em outras palavras, é a perspectiva da universalidade, orientada pela visão da totalidade que está para além da soma de todas as partes, mas que é em si, um conjunto entre parte e todo, e que por natureza respeita a diversidade.

Tomando o termo *Empowerment* na concepção da palavra, VASCONCELOS (2003), define que é o: *“aumento do poder e autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressão, dominação e discriminação social”*. E FALEIROS (2006) considera o empoderamento como autonomia, capacidade de fortalecimento individual e coletivo dos usuários. Entretanto, e não menos importante, consideramos que a trajetória de vida política e social das pessoas acometidas pela hanseníase foi capaz de possibilitá-las a uma definição de suas próprias estratégias de enfrentamento da dinâmica social brasileira por qual passam.

Por que empoderar-se?

O Brasil possui o segundo maior número de casos de Hanseníase em todo o mundo e a região Nordeste, o maior número de casos do País. A Índia lidera o ranking de casos da doença, mas muitos países de 1º Mundo já conseguiram eliminar a hanseníase. O Brasil assumiu o compromisso de erradicar a doença para menos de 1 (um) caso por 10 (dez) mil habitantes até 2005. O mesmo compromisso foi firmado em 1991 com meta para 2000, o que não aconteceu. OPAS (2006). O Morhan e seus colaboradores, desde sua inserção no cenário social brasileiro, vêm galgando espaços de luta na ampliação das conquistas em prol das pessoas com hanseníase.

No entanto, a hanseníase é considerada uma enfermidade,

produto de um conjunto de processos determinantes de uma doença, particular de uma formação econômico-social. Em outras palavras, doença característica da pobreza. Por ser transmitida por vias aéreas, a hanseníase atinge a todos os níveis sócio-econômicos. Mas, certamente, é nas classes subalternas que se observa maior incidência da doença, por essa população possuir menores condições de provir recursos necessários, como saneamento básico, por exemplo, contribuindo para que seu sistema imunológico torne-se fragilizado, o que o faz adquirir maior probabilidade do acometimento pela doença.

A política de isolamento compulsório, medida que mantinha todos os acometidos⁶ pela patologia em total exílio nas antigas colônias, os impedia do exercício de direitos comuns⁷ à sociedade. Além da errônea classificação de leprosos, os acometidos pelo Mal de Hansen, representaram ameaça à integridade social.

As relações desse usuário na sociedade são fragmentadas porque as condições de trabalho, educação e cidadania, foram e ainda o são, prejudicadas pela lógica da valorização do consumo. Sendo, portanto, a pessoa atingida pela hanseníase, - que desde o início, teve seu exercício enquanto ser social limitado - excluída deste modelo.

Além disso, momentos como o período de reação da doença, as ameaças colocadas à vida diária, as mudanças corporais advindas da doença, freqüentemente apresentam-se como conflitantes desafios ao usuário. Lidar com estas questões no contexto da vida contemporânea, que já apresenta suas pressões adicionais às dificuldades da doença maior frustração e exaustão e, às vezes, revolta do usuário diante de tantas limitações.

Mas, como o usuário se torna capaz de promover oportunidades de mudanças? Como captar, diante de tantas adversidades, a possibilidade de transformação de sua dinâmica social? Não pretendemos respostas e soluções simplistas que sirvam como manual de intervenção. Sugerimos sim, a reflexão das falas e experiências destas pessoas atingidas pela hanseníase que hoje se consideram e nós os consideramos principais agentes e destinatários de mudanças em favor das pessoas atingidas pela doença. É claro, que os depoimentos aqui trabalhados são fruto de uma discussão profunda de três longos dias, o que em boa medida *per se* já podem contribuir para um certo despertar. Mas os destaques feitos aqui marcam muito mais a necessidade de democratizar a informação e ampliar os canais de informação e formação do que necessariamente determinar esse ou aquele conceito, ou seja, o nível de carência na sociedade brasileira é tão elevado, que por menores que sejam as experiências, elas conseguem refletir bons

⁶ Substituímos o uso do termo portador por acometido ou pessoa com hanseníase porque a doença tem cura e a pessoa não necessita ficar com mais essa marca porque está com a doença.

⁷ Direitos como cidadãos de ter acesso aos meios de crédito, educação, saúde, transporte.

Referências Bibliográficas

ASSIS, Francisca Giderlândia dos Santos. Cheque - saúde cidadão: Assistência ou assistencialismo? – Uma experiência no Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase - Morhan. Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social PUC-Rio, 2006.

FALEIROS, Vicente de Paula. Estratégias em Serviço Social. 6ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Lilian Dutra Angélica da. O poder que nasce da dor e do saber - o conhecimento como ferramenta de transformação social do usuário: uma experiência no Morhan. Projeto de Pesquisa apresentado na disciplina Pesquisa Social I na PUC-Rio, 2007.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. O Poder que Brota da Dor e da Opressão - Empowerment, Sua História, Teorias e Estratégias. Paulus, 2003.

VIEIRA, Marcelo Luciano. Hanseníase – a mancha anestésica geradora da morte social: uma análise das possibilidades e limites da atuação do Serviço Social nos antigos hospitais-colônia. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação de Serviço Social na PUC- Rio, 2006.

resultados, pois paradoxalmente a sede de conhecimento é tão grande quanto a ausência do mesmo.

Reflexões Finais

Um aspecto interessante deste exercício é que representou, tanto para o grupo participante quanto para o Morhan, uma relevante experiência de como e em que medida o acesso à informação, e a oportunidades, por menor que seja, pode contribuir significativamente para o empoderamento. As respostas foram densas e revelaram a capacidade de reflexão crítica das pessoas que foram atingidas pela hanseníase, evidenciando que basta criar oportunidades e estímulos para aumentar a consciência de empoderamento destes.

Não obstante o fato das carências sociais, das diferenças econômicas, étnicas, religiosas, de gênero, e de orientação sexual, é perfeitamente possível construir uma outra realidade com qualquer grupo, mesmo que tenha ele, ainda, sido assolado por uma patologia estigmatizante.

Para o êxito desta experiência é importante que sejam respeitados aspectos como: a diversidade, o direito de falar e de calar, a necessidade de participar os sujeitos em cada ação política ou projeto, na solução dos seus problemas. O resultado será substancialmente melhor quanto maior for a participação direta dos sujeitos como multiplicadores.

Nesta participação o sujeito precisa ser protagonista e não apenas figurante ou coadjuvante. O empoderamento traz às pessoas que vivenciam problemas como a hanseníase, a pobreza, a ausência de terras, a segregação, a homofobia, o trabalho infantil, para o centro da discussão, de maneira que possam ser agentes da transformação de sua realidade.

O empoderamento, portanto, pode ser definido, neste caso, como o ato de adonar-se de sua própria vida. Essas pessoas podem empoderar-se de sua cidadania e lutar para que situações como as que viveram não aconteçam mais nem a elas e nem a ninguém. Assim, a sua cidadania será fruto de uma conquista e não uma benesse concedida por um ou outro governo, que é a forma que a história do Brasil retrata a construção dos direitos sociais.

Por isso, acreditamos que experiências como estas devem extrapolar o Brasil para colaborar com a discussão do empoderamento em âmbito internacional. Muito ainda precisa ser feito. Mas, para tanto, é necessário engajamento, vontade política, a priorização de recursos, e, principalmente, o respeito às diferenças.

Equipe executora

Coordenador

Marcelo Luciano Vieira

Assistente Social e Membro do Departamento de Formação
Projetos e Pesquisas – DEFORP do Morhan Nacional

Mediadores e Relatores

Francisca Giderlândia de Assis

Assistente Social do Morhan Nacional - RJ

Jaqueline de Aquino

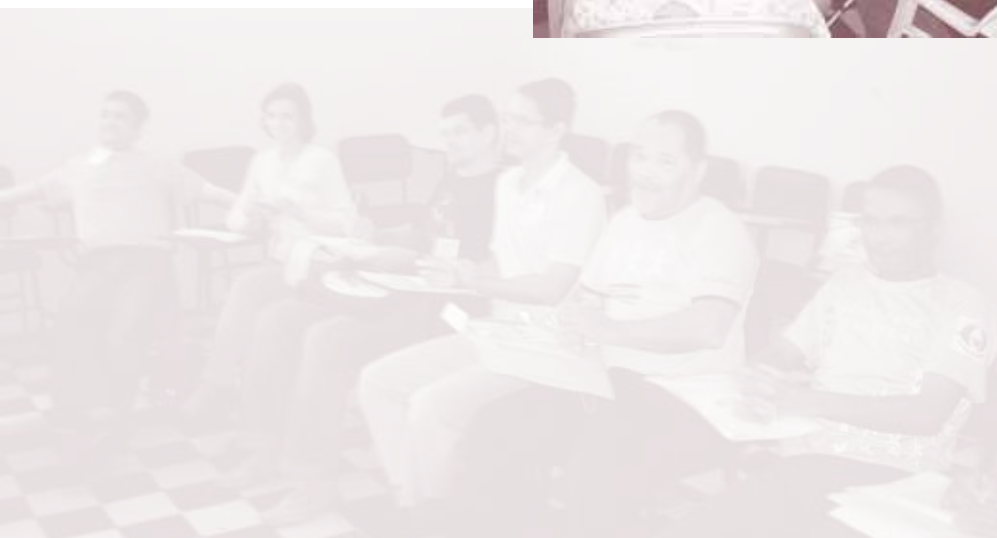
Membro da Diretoria Colegiada do Morhan Nacional - CE

Lucimar Batista da Costa

2ª Tesoureira do Morhan Nacional - PI

Paulo Roberto Pinto

Voluntário e Assessor de Comunicação do Morhan - DF



A metodologia “conhecimento em progresso”: uma estratégia de construção da participação coletiva como instrumento de fortalecimento da base do Morhan

Elaboração metodológica e Coordenação Geral do I Encontro Nacional de Conselheiros de Direitos do Morhan:

Marcelo Luciano Vieira

Membro do DEFORP, Assistente Social, Mestrando em Serviço Social pela PUC-Rio, Coordenador do Serviço Social da Casa Lilás – Centro de Atenção à Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Assistente Social da Equipe Técnica do I Juizado de Violência Doméstica do Tribunal de Justiça na Comarca da Capital do Rio de Janeiro.

Equipe Técnica e de Relatoria de Síntese:

Francisca Giderlândia de Assis

Assistente Social do Morhan Nacional e Mestranda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

Jaqueline de Aquino

Membro da Diretoria Colegiada do Morhan Nacional - CE

Lucimar Batista da Costa

2ª Tesoureira do Morhan Nacional - PI

Paulo Roberto Pinto

Publicitário, Voluntário e Assessor de Comunicação do Morhan - DF

Descrição das atividades e critérios dos grupos focais

A metodologia deste I Encontro Nacional de Conselheiros de Direitos do Morhan está baseada na experiência de construção da metodologia “conhecimento em progresso”, construída durante a própria execução do Encontro, de forma coletiva e participativa. De tal modo que não havia uma determinação previa de caminhos metodológicos ou teóricos, mas que cada passo neste sentido foi dado de acordo com a vontade dos grupos, sob o suporte técnico-operacional da equipe técnica de relatoria de síntese do Departamento de Formação Projetos e Pesquisas – DEFORP do Morhan Nacional.

Linha Pedagógica

A organização da equipe de técnica de relatoria de síntese e a definição da proposta pedagógica do I Encontro Nacional de Conselheiros de Direitos, compõem condição *sine qua non* para o sucesso desse momento de troca de conhecimento.

Cabe destacar que a organização desta proposta traz em si uma certa complexidade, acredita-se que essa proposta possibilita a identificação de três procedimentos básicos: primeiro, a definição de uma equipe pedagógica constituída por um corpo técnico e preparado para apreender a partir da observação investigativa e também da própria participação, limites e possibilidades da atuação dos conselheiros do Morhan; as relações de valores e de poder que são vivenciadas nas diferentes regiões do país, tanto pelos agentes de formação quanto pelas representações dos núcleos.

Segundo, a equipe de síntese atualiza, a partir da avaliação de cada grupo, conteúdos, módulos, critérios, ações, etc e consolida os resultados e os participantes dos grupos mudam de lugar indo para o grupo seguinte, alternando assim, de grupo 1 a grupo 6 durante todo o evento, dando dinamicidade à metodologia e ao mesmo tempo, agregando novas possibilidades para cada discussão a partir das perspectivas e dos limites apontados pelos grupos que anteriormente passaram por esse determinado grupo;

Por fim, a equipe de síntese, em conjunto com o pessoal de apoio, mediava o desenvolvimento do encontro, alternando-se na participação/mediação dos grupos de discussões, orientando os participantes.

Apenas uma observação, para uma possível aplicação desta metodologia em outro momento, é preciso identificar as especificidades locais, e é de suma importância que o programa de formação

esteja fundamentado numa concepção pedagógica partilhada nacionalmente, e que considere pelo menos as seguintes dimensões⁸:

Linha Filosófica

- Na concepção dialógica de educação (Paulo Freire⁹), no qual a educação é entendida como prática de liberdade, como educação problematizadora;

- Na articulação dos aspectos da ação e da reflexão, definida como práxis, em que a experiência de vida de cada participante associada à sua própria reflexão, contribui para a construção coletiva de conhecimento e que o produto dessa reflexão é a mais profunda geração de novas práticas;

- Na busca da garantia dos direitos fundamentais, forjado pelo compromisso com a humanidade e na crença na capacidade e no poder dos seres humanos em fazer e refazer, criar e recriar. Portanto, espera-se engajar os grupos de participantes em universos sociais distintos, em ações que vislumbrem a perspectiva da universalização da educação permanente, dos direitos de cidadania e da construção de políticas públicas de qualidade;

- Na idéia do fortalecimento do sujeito, como capaz de refletir e romper com a ideologia que massifica a alienação, objetivando o compromisso com o pensar crítico e com a ação transformadora de uma coletividade que consegue ver além de sua própria sombra. Portanto, de uma capacidade de transformar a realidade, em que pesem acreditação das instituições públicas que promovam a democracia participativa e a transformação da sociedade como a mais profunda representação de um Estado de Direito.

- No entendimento da Questão Social nos seus diferentes aspectos, e na crença de que os caminhos do enfrentamento da Questão Social há de vir não apenas da academia ou mesmo dos governos, mas da construção de uma cultura política que permita pensar um novo projeto de sociedade, democrática e sustentável.

Participantes

O I Encontro Nacional de Conselheiros de Direitos do Morhan foi voltado aos representantes dos 73 núcleos do Morhan que atuam nos diferentes conselhos de direitos, com atuação em canais e espaços públicos de gestão de políticas públicas, como conselhos municipais, estaduais e nacional nos diversos seguimentos da política social.

É caráter fundamental de proposta metodológica garantir a diversidade de participantes, de modo que seja garantido tanto a

⁸ Adaptado de **Santos Junior**, Orlando Alves dos. *Práxis Educativa e Democracia Participativa: a experiência da Rede Observatório das Metrópoles*. In: Santos Junior, Orlando Alves dos et al. *Cidade, Cultura e Democracia Participativa: metodologias e experiências de educação política*. Rio de Janeiro: FASE, RLS, 2005.

⁹ **Freire**, Paulo. *Política e Educação: ensaios*. São Paulo: Cortez, 2003.

pluralidade de participantes, quanto a multiplicidade de seguimentos, experiências, demandas, focos, culturas, concepções etc.

E, é nesse sentido que se busca remontar a complexidade dos cenários de articulações sociais e a complexidade dos processos decisórios constituintes das esferas públicas de participação social, que circundam o conjunto de participantes.

No tocante às estratégias de seleção, é importante realçar a relevância de se estabelecer parâmetros, que levem em conta: a inserção dos(as) participantes em esferas públicas consideradas estratégicas em cada contexto social – por exemplo, a atuação em conselhos municipais de direitos nos diferentes seguimentos; o vínculo dos(as) participantes com os núcleos, tendo a preocupação de contemplar um conjunto diversificado de seguimentos; as inscrições institucionais, ou seja, os(as) participantes que estão indicados por seus núcleos de base; a diversidade territorial – região ou municípios –, segundo os objetivos do curso; a definição de cotas de participação, segundo critérios de gênero e faixa etária, o que torna importante levantar a necessidade da instalação de espaços de recreação para garantir a participação equitativa de mulheres e homens.

É importante que se considere as definições em torno das prioridades e dos critérios de participação, ao passo que é de suma relevância para o desenho da estratégia de divulgação do programa do curso de formação. Cabendo destacar ainda, a importância do envolvimento dos profissionais de universidades – engajando professores, estudantes e pesquisadores – na organização e realização do Encontro como agentes de formação e educandos, o que certamente poderá enriquecer o debate e a dinâmica de aprendizado proposta no programa do Encontro de Conselheiros como sendo ele um instrumento também de formação.

Estruturação dos DEGRAUS (Etapas)

O I Encontro Nacional de Conselheiros de Direitos está estruturado numa lógica de Degraus, baseado na necessidade da construção coletiva e na visão processual da construção do conhecimento, o permite que no programa do encontro, carga horária, duração e dinâmica de funcionamento variem de acordo com as definições de cada grupo a partir de acordos coletivos desenhados com seus mediadores. Em boa medida, o temário estará agrupado em meio aos principais temas considerados pelo debate atual sobre a necessidade de formação dos conselheiros dos diversos seguimentos.

Portanto, os conteúdos programáticos de cada DEGRAU, associado a algumas sugestões e possibilidades será apresentado a seguir:

São seis DEGRAUS, assim denominados:

- DEGRAU I – Conceitos e Fundamentos sobre o Estado e as Políticas Públicas.
- DEGRAU II – Cultura, Democracia e Participação.
- DEGRAU III – Estratégias de Exigibilidade pelo Direito à (ao) saúde, cultura, água, meio ambiente, educação, etc.
- DEGRAU IV – Instrumental para a Elaboração, Avaliação e Implementação de Políticas Públicas.
- DEGRAU V – Dinâmicas Vivenciais.
- DEGRAU VI – Análise de Políticas Específicas.

DEGRAU I – Conceitos básicos sobre o Estado e as Políticas Públicas. Este módulo tem por objetivo levar aos participantes uma discussão do quadro conceitual necessário ao entendimento da dinâmica do Estado e do funcionamento das políticas públicas, e será apresentado no modelo de plenária, com convidados especificamente para este fim.

Com este DEGRAU, o Encontro é iniciado com debates contemporâneos, abordando conceitos, muitas vezes cristalizados, os debatedores deverão articular os conteúdos com problemas cotidianos e com o contexto global.

Ainda neste DEGRAU, será também introduzida uma discussão conjuntural, destacando o papel dos movimentos sociais, para o qual, além dos textos disponibilizados, poderão ser produzidos textos locais específicos para cada dia do curso.

DEGRAU II – Cultura, Democracia e Participação. O objetivo deste degrau é introduzir a discussão sobre democracia, cultura, participação, sociedade civil e movimentos sociais. Além disso, busca-se ampliar o debate sobre dominação e hegemonia a partir da experiência cotidiana dos participantes.

Para tanto, além da utilização de artigos referentes ao temário, podem ser elaborados novos textos, partindo da própria experiência vivenciada no engajamento dos participantes. Assim, consideramos que este DEGRAU tem a possibilidade de estimular a leitura crítica da prática coletiva dos agentes sociais envolvidos no curso de formação.

DEGRAU III – Estratégias de Exigibilidade pelo Direito à Cidade. Visa discutir a questão urbana e os instrumentos de afirmação do direito à cidade, incluindo o Estatuto da Cidade, o Plano Diretor, o Conselho das Cidades e a Carta Mundial pelo Direito à Cidade.

DEGRAU IV – Instrumental para a Elaboração, Avaliação e Implementação de Políticas Públicas

- Tem por propósito apresentar os instrumentos para a elaboração, avaliação e implementação de políticas públicas. Indo desde os instrumentos e técnicas de controle social, à questão orçamentária, o uso de indicadores de monitoramento de políticas públicas e diretrizes gerais para o funcionamento dos conselhos municipais na perspectiva do controle social. Faz parte deste DEGRAU também, a avaliação de políticas públicas, segundo as prioridades definidas em cada contexto social, tais como a política habitacional, de saneamento ambiental, transporte, educação, saúde, cultura etc. Sendo que cada tema é abordado em linguagem acessível e não acadêmica, de modo que não vulgarize o conhecimento intelectual, e nem subestime a capacidade e apreensão e abstração dos participantes, visando assim, o respeito a cada particularidade dos participantes do Encontro.

DEGRAU V – Dinâmicas Vivenciais. Espera-se com este DEGRAU, a partir das dinâmicas reunidas e utilizadas ao longo do curso ou juntas de forma seqüencial, tendo em vista as especificidades e o desenho do Encontro, uma maior exploração dos saberes adquiridos ao longo do tempo, o que certamente permitirá a construção coletiva de um novo saber.

O uso das dinâmicas tem como objetivo a possibilidade de proporcionar que a experiência vivenciada no cotidiano da atuação dos participantes, em especial considerando os seguintes aspectos: o gerenciamento de conflitos relativos à representação coletiva; os processos de negociação os diferentes segmentos sociais, bem como seus interesses divergentes; a construção de agendas e programas de trabalho entre atores e segmentos sociais diversificados; o processo de tomada de decisão em torno de escolhas de prioridades em contextos adversos provenientes, por exemplo, de restrição de recursos orçamentários ou de limitações institucionais.

DEGRAU VI – Análise de Políticas Específicas.

A proposta deste DEGRAU está baseada na reunião de diversos textos produzidos ao longo dos anos na realização dos cursos de Formação de Conselheiros em algumas cidades como: Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Belém, trazendo à tona o debate atual em torno das políticas públicas nacionais e locais, levando em conta a grande diversidade temática, os artigos têm sido utilizados de acordo com os interesses e as especificidades de cada curso de Formação, o que também se repetirá neste curso, onde o corte metodológico prevê o enfoque na formação política.

Baseado no temário aqui proposto, o I Encontro de Conselheiros de Direitos do Morhan está organizado de forma a atender às especificidades e objetivos definidos previamente junto à equipe de agentes de formação do DEFORP, bem como, implementação da Política Nacional de Formação do Morhan aprovada na íntegra pela Diretoria Nacional do Morhan e ratificada em Assembléia Nacional.

Avaliação da experiência do curso

A avaliação da experiência de realização do I Encontro Nacional de Conselheiros de Direitos do Morhan, sob os seguintes aspectos: a contribuição para qualificação da prática política de conselheiros(as) e lideranças que atuam em canais e espaços de gestão de políticas públicas representando o Morhan; a qualificação das organizações envolvidas na dinâmica do I Encontro, já que sua realização exige investimento, estudo, sistematização e a produção de conhecimento sobre políticas públicas; a sinergia produzida na relação com universidades, tendo em vista que o curso envolve pesquisadores de universidades e educadores de ONG's; a qualificação de lideranças do Movimento na sua prática política, já que o curso atinge um amplo leque de lideranças vinculadas à grande diversidade de seguimentos nos espaços de representação sócio-política.

A avaliação foi realizada oralmente pelos(as) participantes antes, durante e ao final do Encontro. Adotando assim mecanismos processuais. Entre estes, pode-se destacar os seguintes: a promoção de encontro de representantes do Morhan nos diferentes conselhos de diversas áreas aos quais estão vinculados, visando estimular o desenvolvimento de estratégias de avaliação de impacto do curso pelo próprio Morhan; a criação de grupos focais, que poderiam ser acompanhados ao longo do ano com supervisão periódica de avaliação da sua prática em esferas públicas de participação; e a avaliação da dinâmica de algumas esferas públicas, onde os(as) participantes têm atuação, para identificar mudanças produzidas na sua intervenção.

Exemplo de estruturação do curso de capacitação

No formato apresentado, o curso pode ser desenvolvido em blocos seqüenciais, em dias seguidos (durante a semana ou nos fins de semana) ou em meses alternados, conforme opção de cada equipe.

O primeiro passo é organizar os módulos do curso. Assim, a título de exemplo, vamos partir da seguinte proposta:

Aula Inaugural – Introdução e apresentação do curso e Conferência Inaugural: Cidade e Cidadania: desafios para uma gestão democrática. Os desafios da governabilidade local, no quadro de uma economia em globalização e de uma sociedade em polarização social.

• **DEGRAU I** – Conceitos Teóricos Básicos sobre o Estado e as Políticas Públicas.

Temas: Crise do Estado e Políticas Públicas no Brasil: um balanço crítico; Modelos de Políticas Públicas: características das políticas regulatórias, redistributivas e distributivas; A Conjuntura Nacional e o Papel dos Movimentos Populares.

• **DEGRAU I** – Dinâmicas Vivenciais.

Temas: Reivindicação e Negociação; Gestão de Processos Políticos de Conflito e Tomada de Decisões. Dinâmica de Grupo; e Processos de Tomada de Decisão e Escolhas de Prioridades.

• **DEGRAU II** – Cultura, Democracia e Participação.

Temas: Democracia e Cidadania; Sujeitos Sociais e Direitos Humanos: a Plataforma dos Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais; Sociedade Civil, Identidades Coletivas e Participação Popular; Políticas Públicas e Cidadania: um olhar de gênero sobre a cidade.

• **DEGRAU III** – Estratégias de Exigibilidade pelo Direito à Cidade

Temas: Reforma Urbana e o Estatuto da Cidade; O Direito à Cidade como Direito Coletivo: a Carta Mundial pelo à Cidade; e O Direito à Cidade e seus Instrumentos de Exigibilidade.

• **DEGRAU IV** – Instrumental para a elaboração, a avaliação e a implementação de políticas públicas.

Temas: Políticas Sociais: diretrizes e instrumentos para a universalização dos direitos; Orçamento e Políticas Públicas. Noções básicas sobre a organização e estrutura do orçamento e indicadores fundamentais de monitoramento; Como Exercer o Controle Social sobre o Orçamento; Conselhos Municipais: um olhar sobre a experiência recente; Indicadores de Monitoramento Social de Políticas Públicas; Diretrizes Gerais para o Funcionamento dos Conselhos Municipais na Perspectiva do Controle Social: o Manual do Conselheiro Municipal.

• **DEGRAU V** – Trabalhos coletivos.

Temas: Construção de propostas para realização de cursos de formação em nível local.

- Apresentação dos trabalhos de fim de curso, avaliação do curso e entrega dos certificados.

Baseado no curso cada grupo deverá construir três propostas de programa do curso de formação, todas elas considerando os 06 DEGRAUS:

Primeira proposta: Reproduz exatamente a organização por DEGRAUS proposta. Assim, as dinâmicas seriam organizadas no último bloco. No último dia, os(as) participantes apresentariam um trabalho em grupo abordando um problema de política pública, apresentado na forma de um painel, a ser elaborado no decorrer do curso.

Segunda proposta: Introduce uma pequena variação nos 05 DEGRAUS. As dinâmicas também seriam organizadas no primeiro bloco. Até o término dos blocos, os(as) alunos(as) deveriam ser organizados(as) em grupo para desenvolverem um pequeno trabalho escrito, em torno de um problema de política pública. O tema escolhido deve ser, de preferência, vinculado à realidade e à prática dos(as) participantes. O trabalho deve ser desenvolvido nos três dias de curso, orientado pela equipe de agentes de formação. Em uma data previamente estabelecida, os trabalhos seriam apresentados e o curso encerrado.

Terceira proposta: Aqui o programa teria quatro dinâmicas vivenciais, distribuídas no fim de cada bloco. Assim, o curso teria quatro DEGRAUS: I – Conceitos Teóricos Básicos sobre o Estado e as Políticas Públicas; DEGRAU II – Cultura, Democracia e Participação; DEGRAU III – Estratégias de Exigibilidade pelo Direito à Cidade; DEGRAU IV – Instrumental para a elaboração, a avaliação e a implementação de políticas públicas. Neste caso é necessário adaptar os temas propostos, já que o programa teria a menos o debate expositivo e mais uma dinâmica vivencial.

Espera-se com esta proposta contribuir no processo de elaboração das estratégias de formação desenvolvidas pelos núcleos em suas bases, considerando as necessidades, possibilidades, conquistas e desafios propostos pelo curso de formação de conselheiros. A proposta nasce da idéia de desenvolver uma metodologia participativa que cumpra não apenas a proposta de formar conselheiros, mas de formar agentes transformadores de sua própria realidade, e assim, consecutivamente do país como um todo, ao passo que a teoria e a prática cotidiana sejam os elementos processuais da luta permanente da construção incessante da democracia.

Apresentação de alguns Resultados Específicos que foram definidos como propostas do I Encontro Nacional de Conselheiros de Direitos do Morhan

Na prática, os movimentos sociais são compostos por entidades, as quais hoje participam e estão condicionadas aos critérios de efetiva representatividade das propostas estabelecidas e integradas com outros segmentos. Na seqüência, seguem as propostas consolidadas no I Encontro Nacional de Conselheiros de Direitos do Morhan como Diretrizes Nacionais para os representantes do Morhan nos Conselhos de Direitos em todos os Estados e Municípios onde há núcleos do Morhan, bem como no âmbito dos Conselhos Nacionais aos quais o Morhan tem assento.

- 1.** Cobrar dos conselhos* municipais, estaduais e nacionais, curso de capacitação para conselheiros.
- 2.** Realizar reuniões itinerantes nas comunidades descentralizando as ações levando a sociedade a participar da construção de integração com os conselhos e do Morhan.
- 3.** Cobrar dotação orçamentária para atividades dos conselhos.
- 4.** Encaminhar proposições do Morhan para os conselhos no contexto amplo de saúde e qualidade de vida.
- 5.** Integralizar as ações e informações da saúde, educação, meio ambiente, cultura, obras com os movimentos sociais para exercício da cidadania garantindo a qualidade de vida.
- 6.** Tornar público ao movimento o relatório das reuniões dos conselhos onde o Morhan tem assento.
- 7.** Formular plano de ações nacional, estaduais e municipais do Morhan inserido nos conselhos.
- 8.** Criar canal de comunicação ágil e de fácil acesso entre os conselheiros, a representação nacional do Morhan e demais entidades do terceiro setor.
- 9.** Criar jornal local, regional e nacional do Morhan, de acordo com a possibilidade orçamentária.

- 10.** Reproduzir nos núcleos e nas estaduais dinâmicas interativas entre conselheiros nos moldes do I Encontro Nacional de Conselheiros de Direitos do Morhan.
- 11.** Multiplicar as informações produzidas pelo Morhan, dentro dos núcleos e das estaduais, para a sociedade sobre o exercício da cidadania.
- 12.** Criar agenda política, sintonizada com a ordem de prioridades do município, garantindo-se dentro da relevância para a população as emergências das demandas.
- 13.** Favorecer a compreensão e o empoderamento (apropriar-se de conhecimento), para que cada conselheiro possa manter objetividade e clareza para o exercício de sua cidadania.
- 14.** Exercer, seu papel de conselheiro, respeitando a paridade entre gestor, trabalhador e usuário.
- 15.** Criar modelo de gestão pública e abrangente.
- 16.** Elaborar instrumentos de planejamento, orçamentos e finanças.
- 17.** Estruturar o controle social.
- 18.** Estimular ações intersetoriais, com condição, para melhorar a qualidade de vida.
- 19.** Incentivar os representantes do Morhan nos conselhos que exerçam cargos na mesa diretora e presidência.
- 20.** Elaborar planilha detalhada (valor recebido, valor gasto, origem, saldo do relatório financeiro da prestação de contas dos recursos da saúde).
- 21.** Fiscalizar os recursos financeiros da saúde.
- 22.** Incentivar a inserção dos representantes do Morhan nas comissões dos conselhos.
- 23.** Formar convênios com os Tribunais de Contas para formação de conselheiros.

- 24.** Estimular a integração e parceria entre os conselhos.
- 25.** Envolver e cobrar maior atuação dos demais poderes: legislativo, ministério público e defensorias.
- 26.** Intermediar a comunicação entre as três esferas de governo e as populações específicas (ribeirinha, quilombola, etc).
- 27.** Garantir que os conselheiros tenham conhecimento do tema a ser discutido em reuniões que se faça representar.
- 28.** Articular a formação da educação permanente em saúde, para avaliar o planejamento de orçamentos e finanças.
- 29.** Cobrar do poder público que se cumpra as deliberações dos conselhos.
- 30.** Exigir que a gestão pública da saúde seja cumprida, pois, são palavras públicas de responsabilidade direta.
- 31.** Buscar capacitação específica de conselheiros para realizar fiscalização efetiva das questões orçamentárias, de financiamento e prestação de contas da gestão pública.
- 32.** Incluir no currículo escolar noções básicas de cidadania a partir da utilização da Constituição Federal, com ênfase na questão da hanseníase.
- 33.** Trabalhar a idéia da necessidade da construção de uma agenda política com metas anunciadas previamente junto aos Conselhos.
- 34.** Exercer a cidadania através da construção de foros permanentes destinados a esclarecer a população sobre seus direitos, de forma que os Conselhos atuem como multiplicadores das políticas públicas, de planos de ação, de direitos humanos.
- 35.** Que cada conselheiro leve para sua cidade propostas de planejamento junto ao Conselho, inclusive disponibilizando, através da internet, para o Morhan Nacional sua meta de trabalho.
- 36.** Lutar no âmbito dos Conselhos pela adequação dos instrumentos que elevem a qualidade de vida, prioritariamente para os atingidos pela hanseníase, sequelados ou não.

- 37.** É importante que se busque a ampliação da formação dos conselheiros numa perspectiva de reflexão crítica acerca de seu papel frente aos limites e às possibilidades desse colegiado, uma vez que existe, e é fato, a relação de dependência dos conselhos com relação às secretarias.
- 38.** Utilização efetiva do arcabouço jurídico de modo que induza positivamente as esferas de governo à promoção de práticas e de políticas públicas específicas e universais voltadas à comunidade.
- 39.** Buscar capacitação permanente dos conselheiros no Morhan, para que os mesmos tenham condições de representação qualificada nos conselhos.



Encontro Nacional de **CONSELHEIROS DE DIREITOS DO MORHAN**

RIO DE JANEIRO • SETEMBRO • 2007



Morhan

MOVIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DAS
PESSOAS ATINGIDAS PELA HANSENIASE

Diretores executivos

Coordenador
Artur Custodio Moreira de Sousa

Vice-coordenador
Cristiano Cláudio Torres

Tesoureira
Sylvia Helena Daflon Oliveira

2ª Tesoureira
Lucimar Batista da Costa

1º Secretário Geral
Eni Carajá Filho

2ª Secretária Geral
Valdenora da Cruz Rodrigues

1ª Secretária de Comunicação
Francisco Faustino Filho

2º Secretário de Comunicação
Reinaldo Matos Carvalho

Departamentos

Assessoria Técnica

Eduardo Rabelo (MG)
Getulio Ferreira de Moraes (MG)
Isabela Goulart (MG)
Joaquim Martins Campos (PA)
Luiz José da Silva (SP)
Lygia Barreto (RO)
Maria Thereza Mendonça (SP)
Sebastião Carlos Pamplona (PR)
Susilene Maria Tonelli Nardi (SP)

Conselho de Ética

Geraldo Moura Cascaes (PA)
José Roberto de Oliveira (MG)
Jussara Santos Mendes Fonseca (DF)
Magda Levantezi (DF)
Marcio José Ferreira (MG)
Pedro Borges da Silva (AM)
Teresinha Kinue Yano (SP)

Conselho Fiscal

Adeuzinha Dias (DF)
Alina Carlos dos Santos (RJ)
Eva Pereira Nunes (RS)
Liduína de Jesus (PA)
Ruimar Batista da Costa (PI)
Sebastião José Manoel (PR)

Departamento de Colônias

Carlos Alberto da Silva Munhoz (PA)
Edgilson Torres de Barrancas (BA)
Hélio Dutra (MG)
Reinaldo Matos de Carvalho (SP)
Zelina Batista Sena (CE)

Departamento de Formação, Projetos e Pesquisa

Getulio Ferreira de Moraes (MG)
Liduína de Jesus Tridade Lobo (PA)
Luiz José da Silva (SP)
Luiz Yamashitafuji (SP)
Marcelo Luciano Vieira (RJ)
Maria Thereza Mendonça (SP)
Susilene Maria Tonelli Nardi (SP)
Vanessa Mendes Gastaldelo (SP)

Departamento de Cultura e Memória

Carlos Carajá (MG)
Ricardo de Lyra Carvalho Junior (RJ)
Ronaldo Alves Pinho (CE)
Ruimar Batista da Costa (PI)
Silvania Moraes Rosa (MG)

Departamento Jurídico

Geraldo Moura Cascaes (PA)
Jussara Santos Mendes Fonseca (DF)
Luiz Carlos Moreira da Costa (MG)
Marcio José Ferreira (MG)

Diretoria Colegiada Nacional

Acre

Titular: José Fernandes Barroso
Suplente: Terezinha Prudêncio da Silva

Alagoas, Bahia e Sergipe

Titular: Edylberto de Almeida (BA)
Suplente: Jair Alves dos Santos (BA)

Amazonas, Amapá e Rondônia

Titular: Edgilson Torres Barrancas (AM)
Suplente: Pedro Borges da Silva (AM)

Ceará

Titular: Jaqueline de Aquino Silva
Suplente: Antônio Alves Ferreira (Toninho)

Distrito Federal, Goiás e Tocantins

Não definido

Espírito Santo e Rio de Janeiro

Titular: Roseli Brum (RJ)
Suplente: Daniel Correa Novato (RJ)

Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte

Titular: Rondinele dos Santos (PI)
Suplente: Maria José Lima da Silva (Mazé) (MA)

Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

Titular: Sinval Nunes de Oliveira (MT)
Suplente: Aquino Dais Bezerra (MT) falecido

Minas Gerais

Titular: Hélio Aparecido Dutra
Suplente: Gírlane Henrique da Silva

Pará e Roraima

Titular: Lygia de Fátima de Souza Cruz Barreto (RO)
Suplente: Raimundinho Missondas Martins de Araújo (PA)

Paraíba

Titular: Severina Maria dos Santos
Suplente: Maria de Lourdes de Santana Henrique

Pernambuco

Titular: Juliano Vieira de Farias
Suplente: Rubia Cristiane Ferreira

Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul

Titular: Francisca Barros da Silva Biscoski (Dide) (PR)
Suplente: Vilma Martins Serra (PR)

São Paulo

Titular: Leda Nascimento Vilarin
Suplente: Ildemar de Lima Muniz

